

Público

12-06-2014

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Economia

Dimensão: 1010

Imagem: S/Cor

Página (s): 29

Cerca de 13% do produto interno bruto tem a ver com a chamada economia não observada

Contas públicas
Sérgio Aníbal

INE passa a calcular valor das actividades de prostituição, tráfico de droga e contrabando, o que acrescenta 700 milhões

Cerca de 13% do produto interno bruto (PIB) registado em Portugal é explicado pela chamada "economia não observada", revelou ontem o Instituto Nacional de Estatística, numa sessão de esclarecimento em que anunciou também que se irá passar a partir de Setembro a incluir explicitamente o valor estimado para actividades ilegais, nomeadamente as relacionadas com a prostituição, o tráfico de droga e o contrabando, o que fará aumentar o PIB em 0,4%, ou cerca de 700 milhões de euros.

Como explicaram os técnicos do INE numa sessão de esclarecimento sobre a entrada em vigor da nova versão do Sistema Europeu de Contas - SEC (as regras usadas em todos os Estados-membros da UE nas suas contas nacionais), o valor do PIB português inclui, desde sempre, uma estimativa para aquilo a que o INE denomina como "economia não observada". Aqui incluídos estão os cálculos do INE feitos para fenómenos tão diversos como o emprego não registado, a facturação não realizada, as rendas imputadas ou a prostituição. Nem toda a economia não observada é ilegal: as rendas imputadas, por exemplo, são uma forma do INE incluir no PIB aquilo que um proprietário de uma casa pagaria de renda caso pagasse renda a si próprio. Só isto representa entre 5 e 6 pontos percentuais dos 13%.

O INE faz as suas estimativas cruzando, por exemplo, os dados do inquérito ao emprego do INE (em que as pessoas dizem se estão ou não empregadas) com os quadros de pessoal das empresas. Se houver mais pessoas que se dizem empregadas do que aquelas que são declaradas, assume-se a existência do fenómeno de economia não observada. Outro método utilizado é o cálculo da receita de IVA que seria obtida aplicando as taxas do imposto ao comércio de bens e serviços estimado pelo INE, comparando-o depois com a receita efectiva obtida pelo Estado. O diferencial entre estes dois valores foi nos últimos anos de 11%, ou 2000 milhões de euros.

Até agora, a autoridade estatísti-



O tráfico de droga é uma das áreas que entra nas contas nacionais

ca nacional tinha optado por não revelar qual a parte do PIB que corresponde a esta economia não observada. Ontem fê-lo pela primeira vez, dizendo que o valor é de 13% do PIB, o que representa cerca de 22.000 milhões de euros.

Este é um número que fica substancialmente abaixo de cálculos feitos por outras entidades. O Observatório de Economia e Gestão de Fraude (Obejef), da Faculdade de Economia do Porto, calcula que a economia paralela em Portugal tenha atingido um valor equivalente a 26,74% do PIB em 2012. Carlos Coim-

0,4%

O valor das actividades explícitas ilegais ascende a 0,4% do produto interno bruto, segundo o Instituto Nacional de Estatística

bra, membro da administração do INE critica a metodologia utilizada nesse tipo de estudos, nomeadamente o facto de terem assumido, para um dado ano, "um ponto de partida arbitrário" de 17% do PIB e de fazerem os cálculos como se o INE não incluisse já no PIB a sua estimativa para o que é a actividade económica não observada.

Sexo, drogas e contrabando

Ainda assim, com a entrada em vigor do novo SEC em Setembro, o INE está agora a fazer, em simultâneo com as autoridades estatísticas dos outros países europeus, um esforço maior para calcular qual o peso efectivo das actividades ilegais no

PIB. Como explicou Pedro Olivera, director do Departamento de Contas Nacionais do INE, foram definidas a nível europeu regras de contabilização para as actividades relacionadas com prostituição, tráfico de droga e contrabando, "assumindo-se uma série de hipóteses, simplificações e convenções".

No caso da prostituição, procura-se estimar indicadores como o número de pessoas a praticar esta actividade, o número de actos praticados e os preços praticados. O INE usa como fontes principais os inquéritos realizados nesta área por entidades oficiais e ONG, como o Projecto Auto-Estima e a European Network for HIV/STI Prevention and Health Promotion among Migrant Sex Workers (TAMPEP).

No que diz respeito ao tráfico de droga, são também formuladas hipóteses para estimar o número de consumidores, os hábitos de consumo e os preços praticados, sendo usadas como fontes de informação os inquéritos realizados pelo Instituto da Droga e da Toxicod dependência (IDT) e pelo European Monitoring Centre for Drugs, por exemplo.

Para já o INE diz ter contabilizado um valor de actividade explícita ilegal equivalente a 0,4% do PIB (cerca de 700 milhões de euros). Este montante acresce ao valor do PIB até agora contabilizado e deve-se adicionar aos 13% que já antes eram estimados para a economia não observada (legal e ilegal) e que os técnicos do INE fazem questão de frisar que já incluíam a contabilização de uma parte de actividades como a prostituição, o tráfico de drogas ou o contrabando, não se conseguindo contudo distinguir estas de outras actividades.

PIB ajustado em mais 2,5%

A aplicação, a partir do próximo mês de Setembro, da nova versão do Sistema Europeu de Contas (SEC) vai conduzir a um aumento superior a 2,5% no valor do PIB português, revelou ontem o Instituto Nacional de Estatística (INE).

O SEC 2010, que passará a ser usado em todos os países da União Europeia este ano, introduz diversas alterações metodológicas que as autoridades estatísticas nacionais terão que passar a aplicar. Os números definitivos desta revisão ainda não são conhecidos, mas os responsáveis do INE apontam para que a revisão do PIB nos anos base (2010 e 2011) deverá ser superior a 2,5%. Espera-se que para os anos seguintes se possam verificar revisões da mesma ordem de grandeza. Não são de esperar, por isso, mudanças significativas nas variações de ano para ano registadas com o actual sistema. O principal motivo por trás do aumento do PIB é a alteração da forma como são contabilizadas as despesas com Investigação e Desenvolvimento, que passam a estar melhor representadas no cálculo das contas nacionais.

Em relação à revisão do valor do défice público decorrente da aplicação do novo SEC, o INE não avança para já com estimativas. Mas há duas alterações metodológicas que terão um impacto significativo nas contas de anos passados e do presente. A primeira é o facto das transferências de fundos de pensões para o Estado deixarem de contribuir positivamente para o saldo orçamental no momento em que são feitas. Em contrapartida, o pagamento das pensões correspondentes deixa de contribuir negativamente para o saldo orçamental, o que significa que, a partir de 2012, existe um impacto positivo para o défice.